

UNIDADE PARA DECIDIR

Todos à assembleia!

***Nesta quarta-feira, 18h, dia 29 de agosto
Galeria dos Empregados do Comércio
(Av. Rio Branco, 120, 2º andar, Centro)***

***Venham votar as propostas da Fenaban, BB e Caixa.
Comando Nacional orienta pela aprovação.***



Nando Neves

A VITÓRIA DA DIGNIDADE

Pressão dos bancários conquista 5% de reajuste e a garantia de todos os direitos

Sim, é uma vitória e histórica. Mesmo sob a ameaça da reforma trabalhista do governo Temer, que retira direitos e representava uma ameaça real às conquistas da Convenção Coletiva de Trabalho, os bancários e bancárias garantiram, através das estratégias acertadas de antecipação da campanha, mesa única e da mobilização nacional da categoria, o reajuste de 5% e todos os direitos de nossa Convenção Coletiva de Trabalho. Conquistamos ainda o parcelamento do adiantamento de férias em três vezes (an-

tes, o desconto era feito de forma integral, no pagamento seguinte ao gozo das férias). Derrotamos a proposta absurda dos bancos e garantimos a PLR integral para gestantes em licença-maternidade e para licenciados. A Fenaban queria impor quatro anos sem aumento real mas garantimos ganho real por dois anos. Os bancos, baseados na nova legislação trabalhista, queriam extinguir vários direitos da CCT, mas tornamos exitosa a campanha “Nenhum direito a menos”, preservando os direitos para toda a categoria.

Nos acordos específicos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, venceu também a preservação dos direitos. Os funcionários dos dois bancos são os únicos do setor público a garantir aumento real, sem retirada de direitos. Por tudo isso, o Comando Nacional dos Bancários, após dez rodadas de desgastantes negociações e uma aguerrida mobilização nacional, orienta pela aprovação das propostas na assembleia.

A campanha é vitoriosa. É a vitória da dignidade. Mais detalhes nas páginas 2,3 e 4.

Bancários arrancam reajuste de 5% e garantia dos direitos para toda a categoria



Após dez desgastantes rodadas de negociação, a categoria conseguiu aumento real e a garantia dos direitos. Adriana Nalesso considera positivos os avanços, frutos da mobilização dos bancários

Comando indica aprovação das propostas da Fenaban, Caixa e BB. Entre as principais conquistas estão o aumento real e direitos da CCT, inclusive para hipersuficientes e mais o parcelamento em até três vezes do adiantamento de férias

O ano de 2018 é para ficar na história da categoria bancária. Diante de uma reforma trabalhista aprovada pelo governo Michel Temer (MDB) que retira direitos e ameaçava a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), a estratégia de antecipação da campanha salarial, a mobilização nacional dos bancários e a pressão do Comando Nacional na mesa de negociação com a Fenaban, garantiram uma vitória de grande valor para o futuro de toda a categoria.

A proposta prevê, ainda, acordo com validade de dois anos, garantindo as conquistas até 2020.

COMO VIRAMOS O JOGO

Foram dez rodadas de negociação, iniciadas em 28 de junho. Os banqueiros queriam impor quatro anos de acordo sem aumento real e extinguir direitos da CCT. Com a rejeição do Comando, na mesa, os bancos propuseram, em seguida,

0,5% de ganho real, sem garantir direitos. Gerou grande indignação a proposta de extinguir a PLR integral para grávidas em licença-maternidade e licenciados. Mas a mobilização dos bancários, culminando com paralisações no Dia do Basta e Dia Nacional de Luta, garantiu a virada do jogo, com uma nova proposta na mesa: aumento de 5% (1,18% de aumento real) e nenhum direito a menos, garantindo as conquistas históricas, como PLR, tickets, licenças maternidade e paternidade e todos os itens da Convenção Coletiva. As mães em licença-maternidade e os funcionários licenciados também vão receber a PLR integral. O acordo vale para todos, inclusive os chamados hipersuficientes, que a Fenaban queria impor acordos individuais, o que não garantia as conquistas do acordo coletivo para os trabalhadores que possuem nível superior e ganham mais do que duas vezes o teto de benefícios do INSS (R\$11.063,00).

PLR: 1ª PARCELA EM SETEMBRO

Se aprovada pelos bancários nesta quarta (24), a primeira parcela da

PLR será paga até o dia 20 de setembro.

“Garantimos com a pressão dos bancários em atividades nacionais, nas redes sociais e em mesa de negociação, os direitos conquistados ao longo de 27 anos de nossa Convenção Coletiva Nacional. Era a nossa história e a organização de luta que também estavam em risco, pois o objetivo da reforma trabalhista de Temer, além de retirar direitos e precarizar o trabalho, é também o de enfraquecer os sindicatos”, avalia a presidente Adriana Nalesso, que participou de todas as negociações, em São Paulo.

“Foram dias intensos, reuniões extenuantes e com ameaças de retiradas dos nossos direitos. Diante de uma conjuntura difícil, a mesa única foi fundamental, garantindo também a manutenção de direitos dos acordos específicos do BB e da Caixa, cujos funcionários, serão os únicos do setor público com aumento real e sem retirada de direitos. Além disso, conquistamos reajuste acima da inflação, ganho muito importante em meio à crise que apertou o orçamento de todos os brasileiros”, acrescenta.

Pressão faz Banco do Brasil recuar e manter direitos



Rita Mota: “Apesar da conjuntura adversa, conseguimos manter todos os direitos. A orientação para a assembleia não pode ser outra que não seja a aprovação do acordo”

Após exaustivas negociações e a pressão de paralisações e protestos em todo o país a diretoria do Banco do Brasil decidiu recuar da tentativa de retirar ou reduzir direitos e manteve todas as cláusulas do acordo coletivo específico. A decisão foi formalizada no sábado (25) em proposta apresentada à Comissão de Empresa dos Funcionários, após a Fenaban ter feito o mesmo, pouco antes, ao Comando Nacional dos Bancários.

O BB propôs, assim como na mesa única, um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de dois anos com reajuste de 5% de 2018 e inflação mais ganho real de 1% em 2019 sobre todas as verbas. Desta forma, não reduziu direitos, como pretendia o governo Temer e a diretoria da empresa desde o início. A pressão das paralisações e protestos a nível nacional e a firmeza dos negociadores, foram determinantes no recuo.

Pela aprovação - Para Rita Mota, dirigente do Sindicato e da Comissão de Empresa dos Funcionários, com a manutenção de todos os direitos em uma conjuntura adversa, já com as novas regras da reforma trabalhista

do governo Temer em vigor, a orientação para as assembleias de todo o país não poderia ser outra senão a aprovação da proposta de acordo. “Após nove rodadas de negociação, conseguimos garantir a manutenção das cláusulas no primeiro acordo após a reforma trabalhista deste governo golpista que reduziu direitos dos trabalhadores, e isto, antes do fim da vigência do acordo atual”, afirmou. Acrescentou que na conjuntura atual, a proposta garante direitos e reajuste com ganho real. “Por isso mesmo, indicamos a aceitação pelas assembleias”, defendeu.

Intervalo de almoço - O intervalo de almoço dos funcionários com jornada de oito horas poderá ser reduzido para até 30 minutos, de forma facultativa. Já para os funcionários de seis horas será mantido o modelo atual, sem registro de ponto. No caso de horas extras, o tempo mínimo de intervalo para o funcionário de jornada de seis horas, poderá ser de 30 minutos. Diferente de como acontece atualmente, no qual o funcionário é obrigado a fazer uma hora de intervalo.

Banco de horas - Os funcionários terão seis meses para a compensação das horas extras por folgas, sendo um dia acumulado para um dia folgado. Vencido este prazo, o saldo será pago em espécie no mês subsequente com o devido adicional de hora extra (uma hora e meia).

PLR - Foi mantido o mesmo modelo de PLR no BB. Como nos anos anteriores, o pagamento do primeiro semestre será logo após a assinatura do acordo, caso aprovado.

Mesma regra da GDP - Outra importante vitória foi a manutenção da cláusula que mantém a exigência de três ciclos consecutivos de avaliação negativa de GDP para o descomissionamento.

Mesas temáticas - O acordo mantém a mesa temática de Saúde e Segurança no Trabalho. E acrescenta duas novas sobre Teletrabalho e Escritórios Digitais e Entidades Patrocinadas de Bancos Incorporados. Também inclui um dia de luta por falecimento de padrastrós e madrastras. O recebimento do vale-transporte será em dinheiro ou em cartão magnético, a escolha caberá ao funcionário.

Paralisações e protestos mantêm Saúde Caixa e PLR Social



Momento histórico da campanha salarial: empregados da Caixa abraçam o prédio da Barroso, em defesa do Saúde Caixa, PLR Social e direitos do acordo coletivo

A força das paralisações e protestos a nível nacional mudaram o rumo das negociações específicas da Caixa Econômica Federal, tendo como efeito o recuo na pretensão do governo Temer e da diretoria do banco de retirar direitos e implantar as novas regras da reforma trabalhista na empresa. Na oitava rodada de negociações, logo após a Fenaban encaminhar a sua proposta ao Comando Nacional dos Bancários, a CEF entregou a sua à Comissão Executiva dos Empregados, mantendo, a cobertura do Saúde Caixa nos moldes atuais, e outros avanços em relação a proposta apresentada originalmente.

Foi assegurado, também, o pagamento da PLR Social. A negociação se estendeu pela madrugada de domingo 26, em São Paulo. Na mobilização mais simbólica, dia 24, na porta do prédio da Almirante Barroso, no Rio de Janeiro, os empregados compareceram em peso ao ato unitário, um abraço simbólico, num duro e claro recado da disposição de ativos - gestores e demais empregados - e aposentados, de irem até as últimas consequências em defesa de seus direitos, principalmente o Saúde Caixa.

Aprovação - A orientação da CEE-Caixa e do Comando Nacional dos Bancários às assembleias é pela aprovação. “Conseguimos barrar a intenção deste governo golpista de retirada de direitos, mantendo o modelo atual do Saúde Caixa, não só para os ativos, como para os aposentados, e a PLR Social, além de quase 100% das cláusulas do acordo. É importante que todos tenham consciência disto. E o acordo de dois anos também foi um grande avanço que mantêm por mais tempo estes direitos. Foi uma grande vitória, barrando, não só o ataque ao acordo específico, como a implantação da reforma trabalhista de Temer dentro da Caixa Econômica Federal”, avaliou o diretor da Fetrar/RJ/ES e membro da CEE-Caixa, Ricardo Maggi.

Saúde Caixa - No Saúde Caixa foi mantido o modelo de custeio, permanecendo as despesas administrativa e fiscal sob encargo do banco. 70% dos gastos assistenciais continuarão sob a respon-

sabilidade do banco. A mensalidade dos empregados será de 2% da remuneração-base e 20% de coparticipação sobre o valor dos procedimentos médicos, limitado a R\$ 2.400 ao ano. Com isso, os bancários arcarão com 30% do custeio. O teto de 6,5% da folha de pagamentos e proventos só será implementado a partir de 2021. Os atuais dependentes indiretos com idade de 24 anos ou mais serão mantidos no plano até os 27 anos, com custo de R\$ 110 ao mês. Futuramente a limitação será de 24 anos.

Foi retirado o ponto que condicionava a cobertura do Saúde Caixa aos filhos e enteados dependentes indiretos com renda inferior a R\$ 1.800. Contudo, os empregados admitidos após 31 de agosto de 2018 não terão direito ao Saúde Caixa nos moldes atuais. O banco assegurará aos empregados admitidos após 31 de agosto e seus dependentes, assistência à saúde submetido à legislação vigente.

PLR e PLR Social - Foi garantida a PLR Social (4% do lucro líquido no exercício de 2018, distribuído em valores iguais para todos os empregados). Pagamento da PLR pela regra Fenaban. Antecipação de 50% do valor da PLR devida creditada em 20 de setembro. Pelo acordo atual, a porcentagem da antecipação é de 60%.

Manutenção da função das gestantes - Manutenção da titularidade da função gratificada das gestantes e empregadas que usufruem de licença-maternidade. Ou seja, a Caixa não pode descomissioná-las.

Adicional noturno em jornada mista - Mantida a redação do acordo coletivo atual quanto ao adicional noturno, principalmente quanto a jornada mista, que compreende as que se iniciam entre 22h e 2h30 e se encerram após as 7h do dia seguinte, a chamada jornada mista. Hoje, as horas trabalhadas após as 7h, nesse tipo de jornada, são pagas acrescidas também de adicional noturno.

VA, VR e isenção de tarifas - Também estão mantidos o vale alimentação, refeição e cesta alimentação aos empregados em licença médica. A Caixa que-

ria limitar esses auxílios para o período máximo de 180 dias e, no caso de doenças graves, para o período máximo de dois anos. Estão mantidas, também, as isenções de tarifas para os empregados, outro item que a Caixa queria alterar.

Ausências permitidas - O banco voltou atrás e manteve o direito de se ausentar do trabalho para participar de seminários, congressos ou outras atividades, desde que previamente autorizado pelo gestor, e que não implique custos para a empresa. Também manteve o direito dos empregados de se ausentarem por até 12 ou 16 horas por ano, para levar cônjuge, companheiro, pai, mãe, filho, enteado menor de 18 anos ou dependente menor de 18 anos a consultas e procedimentos médicos. Mas suprimiu a ausência permitida de até dois dias por ano para internação hospitalar por motivo de doença de cônjuge ou companheiro, filho, enteado, pai ou mãe.

Intervalo intrajornada - A Caixa voltou atrás na tentativa de estender o intervalo intrajornada para empregados com jornada de até 6 horas para 30 minutos, sendo que 15 minutos ficariam dentro da jornada e outros 15 ficariam fora da jornada. Também recuou na proposta de reduzir redução do intervalo de 1 hora para 30 minutos para empregados com jornada acima de 6 horas.

EDITAL DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por sua Presidente abaixo assinado, nos termos de seu Estatuto, CONVOCA todos os empregados em estabelecimentos bancários, sócios ou não sócios na base territorial deste sindicato, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 29 de agosto de 2018, às 18h em primeira convocação e às 18h30min em segunda e última convocação, Galeria dos Empregados do Comércio, sítio à Avenida Rio Branco, 120 - 2º andar, Centro, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1- Avaliação e deliberação sobre a proposta apresentada pela FENABAN na reunião de 25/08/2018, bem como deliberação sobre as propostas apresentadas pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal;

2- Deliberação acerca de paralisação das atividades por prazo indeterminado.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2018.
ADRIANA DA SILVA NALESSO
Presidente

BANCÁRIO

Presidente: Adriana Nalesso - Sede - Av. Pres. Vargas, 502/16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 - Centro - Fax (Redação): (021) 2103-4112 - Sede Campeste - R. Miraitaia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) - Secretaria de Imprensa (imprensa@bancariosrio.org.br) - Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável Coletivo de Imprensa: Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - Editor: Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - Redator: Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - Estagiário: Gabriel de Oliveira - Ilustrador: Julio Mariano - Diagramadores: Marco Scalzo e Fernando Xavier - Fotos: Nando Neves - Secretária de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 - Secretária de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 - Secretária de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 - Secretária de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 - Secretária do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 - Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 18.000

Mesmo em uma conjuntura adversa, conquistamos um acordo positivo



Desde a aprovação da reforma Trabalhista já sabíamos que era um dos maiores golpes nos diretos dos trabalhadores. A ultratividade, que prevê a durabilidade do acordo até o fechamento de nova negociação foi extinta. Esse foi um dos motivos de anteciparmos a nossa Campanha Nacional, já que a Convenção Coletiva da categoria tem validade até o próximo dia 31.

Com o quadro que está desenhado, o processo de negociação se tornou mais intenso, complexo, disputado e importante em virtude do artigo da reforma Trabalhista que prevê o negociado sobre o legislado. Isso pode ser uma festa para

os banqueiros, que mais do que nunca estão com a faca e o queijo nas mãos. Essa ação, além de afastar a categoria do Sindicato, cria possibilidades de acordos individuais, enfraquecendo o coletivo. A categoria precisa e deve se unir e mobilizar ainda mais para esse enfrentamento.

Proposta insuficiente foi apresentada e rapidamente recusada na mesa pelo Comando Nacional dos Bancários. Algumas pessoas da categoria defendiam que decretássemos logo uma greve nacional. Ficar sem acordo definitivamente não é o nosso objetivo. Na décima rodada de negociação, que terminou na madrugada do último sábado, conseguimos arrancar dos bancos uma proposta de acordo com aumento real e manutenção de todas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho, garantindo a unidade nacional da categoria

O Comando Nacional tomou todos os cuidados para esgotar as possibilidades. Não é fácil, o processo é exaustivo tanto físico como psicologicamente. Estamos negociando

com o setor financeiro, o que mais lucra no país, independentemente de crise e de governos. Os banqueiros só pensam em números, não veem pessoas que somos. A crueldade e a ganância chegaram a tal ponto que eles propuseram a diminuição da PLR para os funcionários afastados por licença saúde, inclusive para as mulheres em licença maternidade. Momentos da vida que a trabalhadora e o trabalhador precisam ainda mais de apoio.

Esse momento que estamos vivendo é fruto de um golpe na democracia. O Governo Temer tem o objetivo de entregar o país para o setor financeiro com trabalhadores sem nenhum direito, o que facilita o trabalho precarizado, e as terceirizações, por exemplo. Por absoluta falta de vontade política de gerir os bancos públicos em favor da sociedade eles tentam convencer que a melhor medida é a privatização. Isso significa vender o nosso patrimônio, desamparar as pessoas mais pobres que dependem de políticas sociais e ainda uma en-

xurrada de desemprego.

Para o governo interessa o ajuizamento de dissídio. Em algumas regiões, os dissídios coletivos subiram mais de 300% somente no primeiro trimestre desse ano. A grande maioria não recebeu nada além da inflação como reposição. Os Correios são um exemplo disso. A categoria ganhou apenas o direito a reposição da inflação, mas a justiça ficou omissa quanto a permanência do plano de saúde no acordo. Decisão da justiça, que definitivamente também não está ao lado do trabalhador.

Agora é a hora da categoria junto com o Sindicato decidir os rumos do movimento na assembleia do próximo dia 29. É preciso refletir sobre o nosso momento de retiradas de direitos e enfraquecimento do trabalhador. Mesmo nessa conjuntura adversa os bancários conseguiram um acordo positivo, com ganhos. O nosso futuro está em jogo. A decisão é nossa.

Adriana Nalesso – Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio

Todos os direitos garantidos

- Aumento real de salário e em todas as verbas remuneratórias;
- PLR integral para mães em licença-maternidade e afastados por doença/acidente;
- Mantém o direito ao adiantamento emergencial para quem tem recurso ao INSS por 120 dias (cláusula 65);
- Censo da Diversidade, fundamental para a busca da igualdade de oportunidades;
- Proibição da divulgação de ranking individual, para reduzir a pressão por metas;
- Bancário demitido não precisará mais requerer o pagamento da PLR proporcional se tiver conta corrente ativa no banco; os de-

- mais terão prazo para solicitar o pagamento;
- Mantém o salário substituto;
- Cláusula do vale-transporte: volta a ser de 4% de desconto sobre o salário base;
- Os bancários e bancárias terão até 30 dias para apresentar o recibo para reembolso do auxílio-creche; os bancos queriam que esse prazo fosse menor, de 10 dias;
- Adicional de insalubridade e periculosidade;
- Horário de almoço poderá passar de 15 minutos para 30 minutos na jornada de seis horas (exceto para teleatendimento e telemarketing já regradados pelas NRs), so-

mente em caso de hora extra;

- Mantém o vale-cultura, caso o governo retome o programa.

Novas conquistas - Parcelamento em até três vezes do adiantamento de férias que atualmente é descontado integralmente no mês posterior ao descanso.

Manutenção dos direitos da CCT para os hipersuficientes (cerca de 91 mil trabalhadores que ganham mais de R\$ 11.291,60), que estariam expostos a negociar diretamente com os patrões e poderiam perder até a PLR, de acordo com a reforma trabalhista.